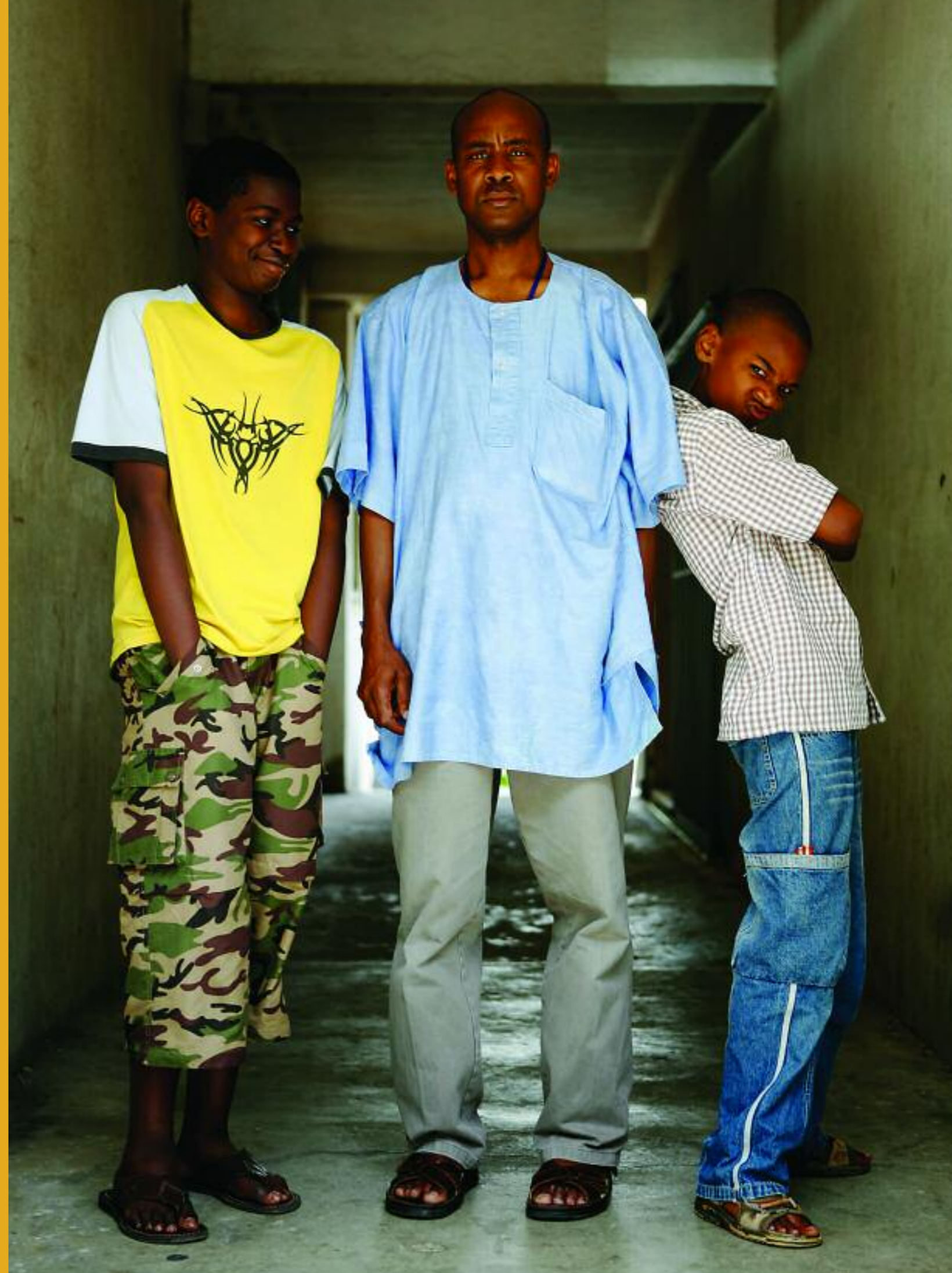


REPORTAGEM

# aprender a negociar a integração em «europês»

TEXTO Sarah Adamopoulos — FOTOGRAFIA Pedro Azevedo

São líderes de associações de imigrantes vocacionadas para áreas específicas de apoio à integração das suas comunidades, como por exemplo a educação ou as trocas culturais. Porém, diariamente a braços com todo o tipo de urgências (habitação, alimentos, saúde, processos de legalização etc.), e alguns relativamente impreparados para as parcerias, voltaram à escola – desta feita para aprender as linguagens da negociação social europeia e o trabalho em rede.





Mário Cabral, 67 anos, engenheiro agrônomo, representa a ONGD Guineáspora.

brandamente o outro. Quando eu era estudante de Agronomia diziam-me que eu era diferente, querendo com isto dizer que não era o típico representante de África, porque já me tinha civilizado...»

O espírito de uma lei precisa de fazer caminho, de criar raízes, para atingir o homem comum nos seus comportamentos. A plena aceitação do outro diferente não é coisa que possa ser imposta por decreto, de um dia para o outro. Esta é aliás uma área minada pelos grandes mitos do encontro das civilizações, para os quais os mais críticos consideram que o discurso da Europa social muito contribui. O mito do português abraçante, sem reservas, amigo de todos os outros povos, por exemplo. Na verdade, muitos são os africanos que continuam a sentir uma atitude paternalista por parte dos portugueses ex-colonizadores. Senão vejamos: já lá vão mais de trinta anos desde a independência dos países africanos, anos marcados por vagas de imigração de gente vinda das ex-colónias, e, contudo, quantos africanos ocupam hoje em dia lugares de relevo na sociedade portuguesa? «Olhando para o processo histórico observamos que Portugal não estava preparado para a cooperação. Portugal estava, isso sim, preparado para a colonização. A independência dos países que colonizou obrigou Portugal a cooperar, mas sempre com enormes fragilidades. A própria lei da imigração peca por ser uma lei para minorias, para etnias, e isso está inclusive patente na linguagem dos decretos, até hoje. Ou seja, Portugal não estava aberto à integração das minorias e, também por isso, a integração é feita no sentido da assimilação, tal como se fazia no tempo colonial.»

A Guineáspora nasceu na internet, conta Mário Cabral. «Pusemo-nos todos em contacto e criámos a organização.» Cabral defende uma estrutura de tipo federativo para a comunidade guineense, porque, diz, «há muitas associações, mas entre elas há imensas que não estão legalizadas, e que contudo fazem trabalho local da maior importância. Essas associações precisam de poder interagir para serem mais fortes. A Guineáspora quer ajudar a levar a bom porto essa congregação de esforços. Mas infelizmente estamos actualmente privados de uma sede.» Sem um espaço físico para se encontrar com associados e outros dirigentes, Mário Cabral despacha assuntos nos cafés e no decurso de caminhadas pela cidade, enquanto aguarda que os serviços de acção social da Câmara Municipal de Lisboa lhe cedam um dos muitos espaços devolutos da capital.

«A mutilação genital feminina é uma tradição muito firme na Guiné, sobretudo nas etnias muçulmanas. Queremos trabalhar com as comunidades da Amadora, da Quinta do Mocho (Sacavém), onde continua a ser praticada. Há pessoas que vão à Guiné apenas para fazer a excisão, já que em Portugal

é proibido. Trata-se de uma tradição muito respeitada, sobretudo pelas gerações mais velhas. Nós defendemos que as pessoas devem ser educadas no sentido de não fazerem a mutilação. Contudo, pensamos também que isso é um traço de identidade que deve ser explicado, contextualizado, uma coisa que pertence à nossa cultura e que deve por isso ser abordada sem tabus. Há muita gente que já nasceu cá, mas que se for à Guiné tem de poder identificar-se com os valores tradicionais da sua cultura, na qual essas práticas são vistas como traços de coragem. O nosso projecto quer poder debater tudo isso, numa perspectiva educativa.» Há em Portugal cerca de 70 mil guineenses, 50 mil legalizados.

### Integrar na diversidade

Bubakar Baldé, quarenta anos, a viver em Portugal desde 1997, é natural da Guiné-Bissau, embora tenha optado pela nacionalidade portuguesa. É presidente do Centro de Estudos Árabe Pulaar [também chamada língua fula, é falada por mais cerca de 15 milhões de pessoas, em vários países tais como o Senegal, o Sudão ou os Camarões, sendo a

língua oficial de outros tantos, tais como o Mali ou a Nigéria] e Cultura Islâmica, que tem sede na Reboleira. «Nós pensamos que as pessoas têm de conhecer a língua do país onde estão para poderem comunicar e ser integradas. Este centro foi criado para ensinar as pessoas a falar três línguas: a portuguesa, a língua árabe de cultura islâmica e a língua pulaar. A maior parte dos nossos associados é muçulmana e vive entre Lisboa e Sintra. Esses imigrantes querem que os seus filhos conheçam a sua religião e cultura. Entre os nossos associados temos também muitas pessoas oriundas da Guiné, sendo que a maior parte fala língua fula. Nós ensinamos também essa língua, para que os filhos desses imigrantes possam manter viva a ligação à sua cultura. Costumo dar o exemplo do neto que não sabe falar com o avô. Um avô tem uma grande emoção quando nasce um neto, mas que tristeza se esse avô não pode comunicar com ele, porque esse neto não sabe falar a língua. Quando isso acontece há um corte. Nós pensamos que esse corte não tem de acontecer, e que as crianças devem conhecer as duas línguas, a portuguesa e a africana.»

«Este centro tem oitenta metros quadrados, temos duas salas de aulas, uma sala de culto e um escritório. Temos 1500 associados – se tivermos dez por cento desses associados aqui, não cabem todos. Como vê, estas crianças enchem essas duas salas.» À nossa volta, há imensas crianças a brincar, que se penduram nos braços de Bubakar e gritam e jogam à bola. Estamos numa das zonas consideradas mais problemáticas de Lisboa, nas imediações dos bairros da Cova da Moura, 6 de Maio ou Azinhaga dos Be-souros. Bairros com enormes problemas, de gente que precisa de um enquadramento. Pessoas demasiado distantes dos seus países e culturas, mas não suficientemente próximas de nós. Que não compreendem os nossos valores, que conhecem a nossa língua pela rama, que por vezes não são capazes de lê-la ou escrevê-la, e que por todas essas razões não terão acesso a todo o tipo de oportunidades, nomeadamente profissionais. «São sociedades com sistemas muito diferentes, pessoas para quem é difícil entender o estilo de vida europeu, e há muitos desen-tendimentos entre os homens e as mulheres. Os homens têm uma atitude africana.

«Há constantemente nas sociedades humanas forças que trabalham em direcções opostas: umas tendendo à manutenção e até mesmo à acentuação dos particularismos; outras agindo no sentido da convergência e da afinidade.» Claude Lévi-Strauss

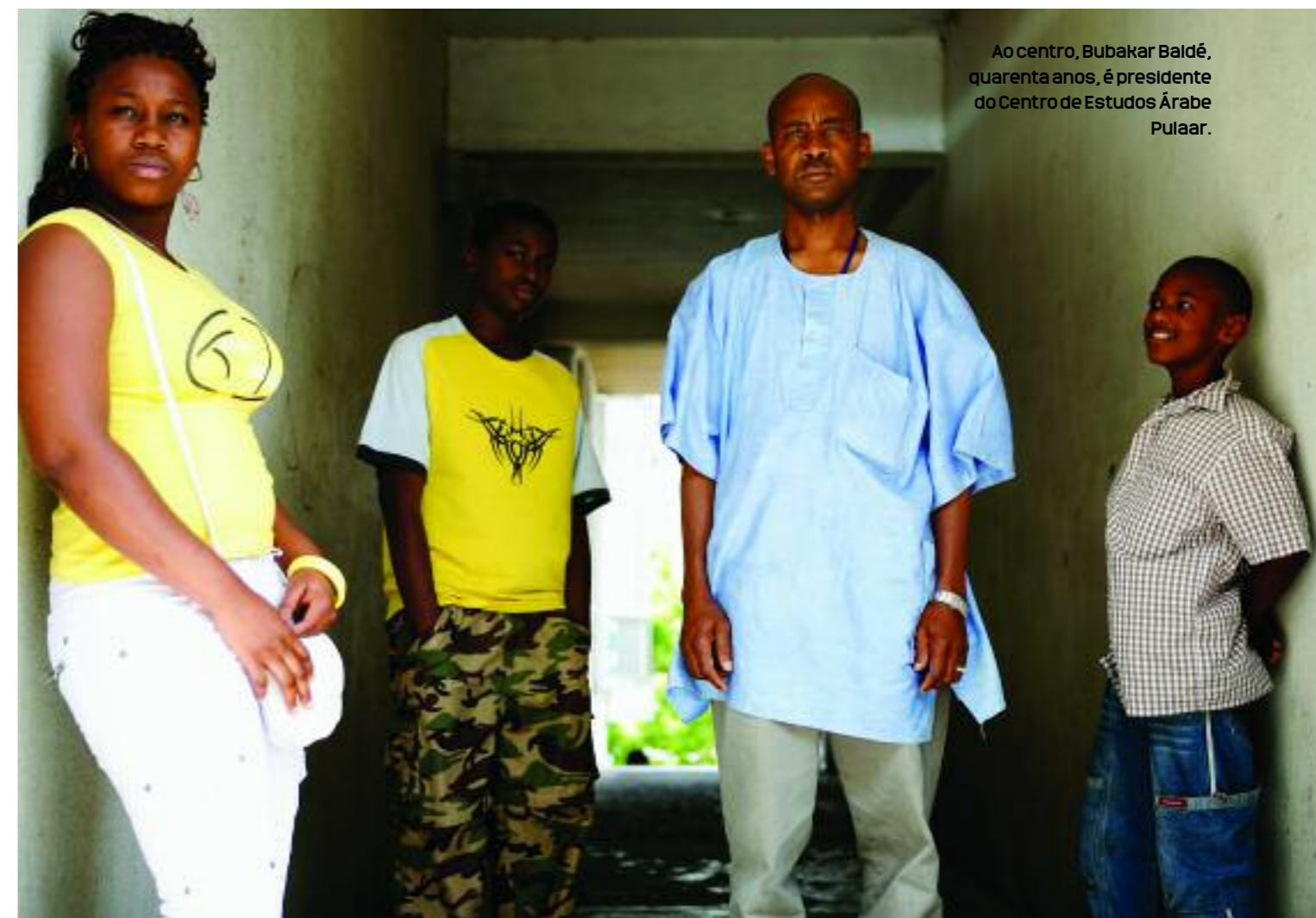
2008 é o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, iniciativa do Parlamento Europeu que visou promover uma ideia de Europa cuja objectivação depende contudo de processos mais lentos e complexos do que declarações de intenções e decretos. Uma ideia ambiciosa, cujos grandes obstáculos naturais (históricos) de sempre (os da educação para a plena aceitação do outro diferente, os da cultura etnicista de cariz hegemónico que ainda vigora) se viram entretanto ampliados pelo advento de uma globalização assente na mercantilização de uma cultura de consumo. Não será portanto de estranhar que a meta da interculturalidade (imprescindível à fundação de um novo modelo de sociedade) encontre também em Portugal todo o tipo de barreiras: as que (ainda que subconscientemente) se erguem em cada um de nós contra a globalização que verdadeiramente importa fazer: a dos valores, culturas, identidades diferentes.

«Gerir projectos em parceria» é um curso destinado a formar ou a reciclar líderes de associações de imigrantes em Portugal. Trata-se de uma formação de carácter inédito, a decorrer até ao final de Setembro próximo, financiada pelo Fundo Social Europeu e envolvendo a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). A **nm** foi ouvir al-

guns dos formandos (sete de cerca de trinta) e também as responsáveis científicas pela formação, Isabel Guerra e Teresa Ramos [ver caixa na página 54]. Mário Cabral, 67 anos, neto de um capitão da Marinha Portuguesa, engenheiro agrônomo, representa a ONGD (associação não-governamental para o desenvolvimento) Guineáspora, que congrega guineenses espalhados por diversos países. Várias vezes ministro em sucessivos governos da Guiné-Bissau (da Educação, da Agricultura, da Justiça, do Comércio, etc.), Mário Cabral tem um percurso de combatente. «Fiz a luta pela libertação nacional e fiz parte da comissão que elaborou a mudança da Constituição.»

### Pintar a manta da interculturalidade

O ex-governante considera o povo português acolhedor, mas lembra que isso não resolve tudo, e que «há uma certa tendência para pintar a manta da interculturalidade. Entre a multiculturalidade e a interculturalidade, diz-se de Portugal que sempre optou pela transculturalidade, aceitando os valores dos outros povos na construção de um caminho comum. Mas isso não é verdade, e a História prova-o. Portugal não teve um *apartheid*, mas construiu-se separadamente. As pessoas não rejeitam, não se confrontam, mas também não se aproximam. Limitam-se a ir aceitando



Ao centro, Bubakar Baldé, quarenta anos, é presidente do Centro de Estudos Árabe Pulaar.

E culturalmente as mulheres e os homens não são iguais. É uma outra realidade, que precisa de reajustes à realidade portuguesa. As mulheres quando saem de África vêm com os hábitos das mulheres africanas e têm muitas dificuldades em integrar-se. Há muitos divórcios por causa desses problemas culturais. Celebramos também casamentos muçulmanos e africanos, baptizados e cerimónias fúnebres. Fazemos ainda o mês do Ramadão, altura em que nos encontramos todos aqui [Reboleira] para fazermos juntos a oração da noite e para cortar o jejum – distribuímos aqui pelo menos cinquenta refeições por dia aos muçulmanos no Ramadão.»

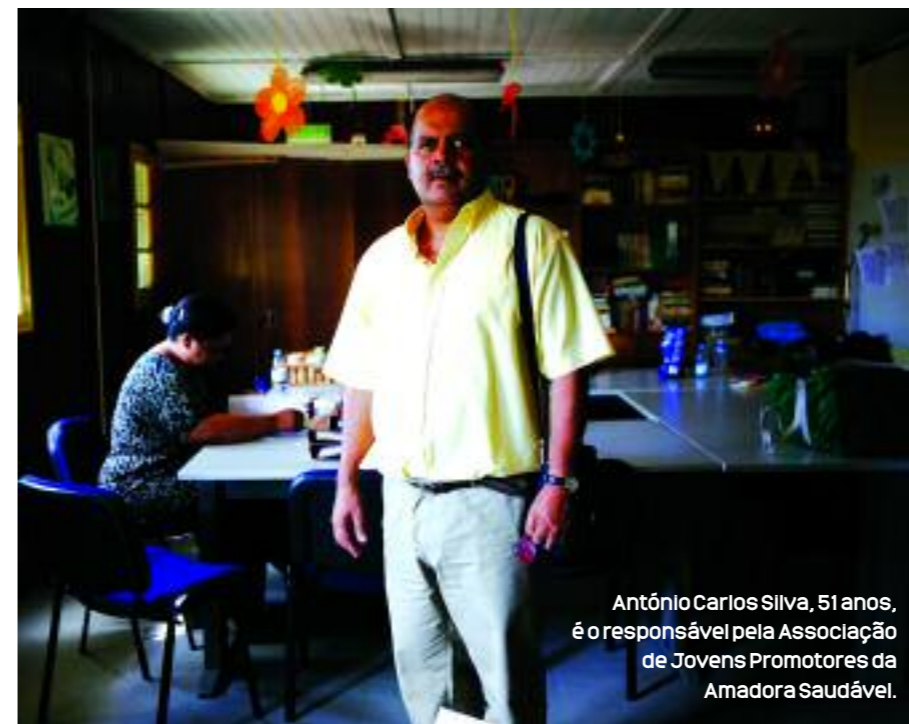
Bubakar é professor, tradutor, intérprete e formador de língua árabe e de língua pular. Estudou jornalismo no Egipto, e em Portugal, para além do centro que fundou e dirige desde 2002, dá também formação noutras lugares, tais como nos tribunais, nos aeroportos, nas fronteiras, entidades com as quais também colabora como tradutor e intérprete. É um homem com uma já vasta experiência, que passa os seus dias no

terreno e que por isso conhece bem a realidade portuguesa. «Antigamente era mais difícil para os imigrantes, muito mais difícil. As coisas começaram a melhorar desde o governo de Guterres, que foi quando se pensou que se não resolvessem os problemas dos imigrantes em Portugal se iriam criar outros. Houve algumas mudanças nas leis, que beneficiaram a integração, como por exemplo a lei da nacionalidade, que permitiu a muitas pessoas obter a nacionalidade portuguesa. Mas agora o Parlamento Europeu votou esta lei que defende a deportação de não-documentados. É uma lei que consideramos um retrocesso. Portugal tem vários milhões de emigrantes pelo mundo. Imaginem que os que estavam sem papéis eram obrigados a voltar para Portugal ainda hoje... A Europa precisa dos imigrantes, mas então, por que razão está a expulsar os que já cá estão? É errado e nós apelamos ao governo português para não seguir esta directiva. Todas as semanas eu vou a um tribunal ou a uma fronteira por causa de um imigrante sem papéis.»

Ainda assim, Bubakar pensa que o governo português é mais tolerante do que outros, como por exemplo o francês, que «integra em termos formais, mas na prática não dá oportunidades. Nós não temos nenhuns problemas com portugueses, e eles aliás são nossos parceiros, apoiam-nos, dão livros e roupas para nós mandarmos para a Guiné. Mas o português é branco, é cristão, é europeu. E por isso é normal que aceite mais facilmente outro europeu. Sim, o racismo existe. Se não existisse não havia associações como a nossa, a lutar pelos direitos dos imigrantes. É um racismo que não é generalizado, mas que se observa ainda muito, sobretudo no mercado de trabalho.»

#### Parcerias inevitáveis

Assunção Sousa, angolana, tem 35 anos e é uma das fundadoras da Associação de Apoio ao Estudante Africano. Veio para Portugal num contexto de guerra, no início dos anos noventa. Trabalhou em lojas e hipermercados, enquanto dava continuidade ao seu processo académico, e um dia formou-se em



António Carlos Silva, 51 anos, é o responsável pela Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável.

po de pessoas que precisavam do nosso apoio, para além das oriundas dos PALOP: refiro-me a pessoas de outros países, uma franja de população vinda da África não-lusófona e que tinha problemas ainda maiores de integração. Ou seja, fomos adaptando às realidades que vamos encontrando e às necessidades que fomos identificando.»

«No caso da imigração africana, atendendo ao baixo nível de desenvolvimento dos seus países, são pessoas com grandes limitações ao nível da formação científica, o que constitui um enorme factor de exclusão em termos do mercado de trabalho. Isso acaba por levá-las a um grande isolamento, e o nosso trabalho passa também por sensibilizar as populações, acreditando nas instituições, para os mecanismos legais passíveis até de alterar determinadas políticas sociais. O que se passa é que os africanos não acreditam que as instituições sejam capazes de funcionar democraticamente, o que resulta evidentemente daquilo que acontece nos seus países.»

#### Trabalhar em rede

António Carlos Silva é o responsável pela AJPAS (Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável). Com 51 anos, natural de Cabo Verde, é médico a trabalhar na área da saúde pública. A AJPAS, que conta já com 15 anos de experiência no terreno, forma amas, educadoras de infância, técnicos de apoio domiciliário, etc., numa acção permanente que cobre os concelhos da Amadora e de Sintra. «Tocamos em média, de forma directa, muitas pessoas, milhares mesmo, que precisam de apoio psicossocial, domiciliário, e até na área alimentar – temos um protocolo com o Banco Alimentar –, na da saúde materna, na da vacinação, do planeamento familiar, etc. Temos médicos, enfermeiros, juristas, técnicos de serviço social, fazemos parcerias com farmácias, com os bombeiros, etc. As instituições precisam de aprender a trabalhar em rede, caso contrário não conseguem subsistir.»

António Carlos pensa que os imigrantes e os filhos dos imigrantes de origem africana foram os que até há pouco tempo mais sofreram com uma legislação que lhes negava a nacionalidade portuguesa, mesmo quando eles nasciam cá. «Parecendo que não, o acesso à educação e à saúde, embora garantido, acaba por não ser real. Porque as pessoas não vão renovar os documentos, e na área do emprego, por exemplo, não estão em pé de igualdade. Sim, são penalizadas pelas origens e pela falta de competências. Deixam a escola e isso exclui-as. Mas os serviços públicos têm de estar preparados para esta nova realidade. Agora já não podemos dizer que estes imigrantes estão de passagem. Os serviços têm de ter uma noção das especificidades de cada comunidade migrante, para poderem intervir bem. Objecti-

Direito na Universidade Lusófona. Mediadora sociocultural no CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), onde dá apoio jurídico, explica que «o trabalho em rede, as parcerias, são hoje em dia fundamentais, mas é algo que não está ainda interiorizado, e há até por vezes algum espírito competitivo entre as associações.»

Com sede no Lumiar, é uma estrutura vocacionada para a valorização profissional, cultural e científica dos estudantes africanos a viver em Portugal. Mas uma vez que está inserida num bairro social, a associação trabalha também com as comunidades locais. «Começaram a aparecer pessoas com problemas de legalização, saúde e outros, e nós fomos obrigados a alargar o nosso âmbito. Redistribuímos vestuário e alimentos pela comunidade do bairro, damos apoio a 75 famílias de jovens estudantes, alguns oriundos de famílias monoparentais, que vivem com muitas dificuldades, apoio nos processos de legalização, nalguns casos de pessoas que já estão em Portugal há alguns anos. Aproveitando esta nova lei da imigração com base no contrato de trabalho, demos já entrada de alguns pedidos de legalização. Nós lutámos pela alteração da lei da imigração, e ela foi de facto alterada. Mas as alterações não são tão substanciais como desejaríamos. Porque nalguns casos a única hipótese que temos de regularização assenta no poder discricionário do SEF, o que significa que, mesmo reunindo todos os requisitos, o cidadão não tem garantias de ver a sua situação regularizada.»

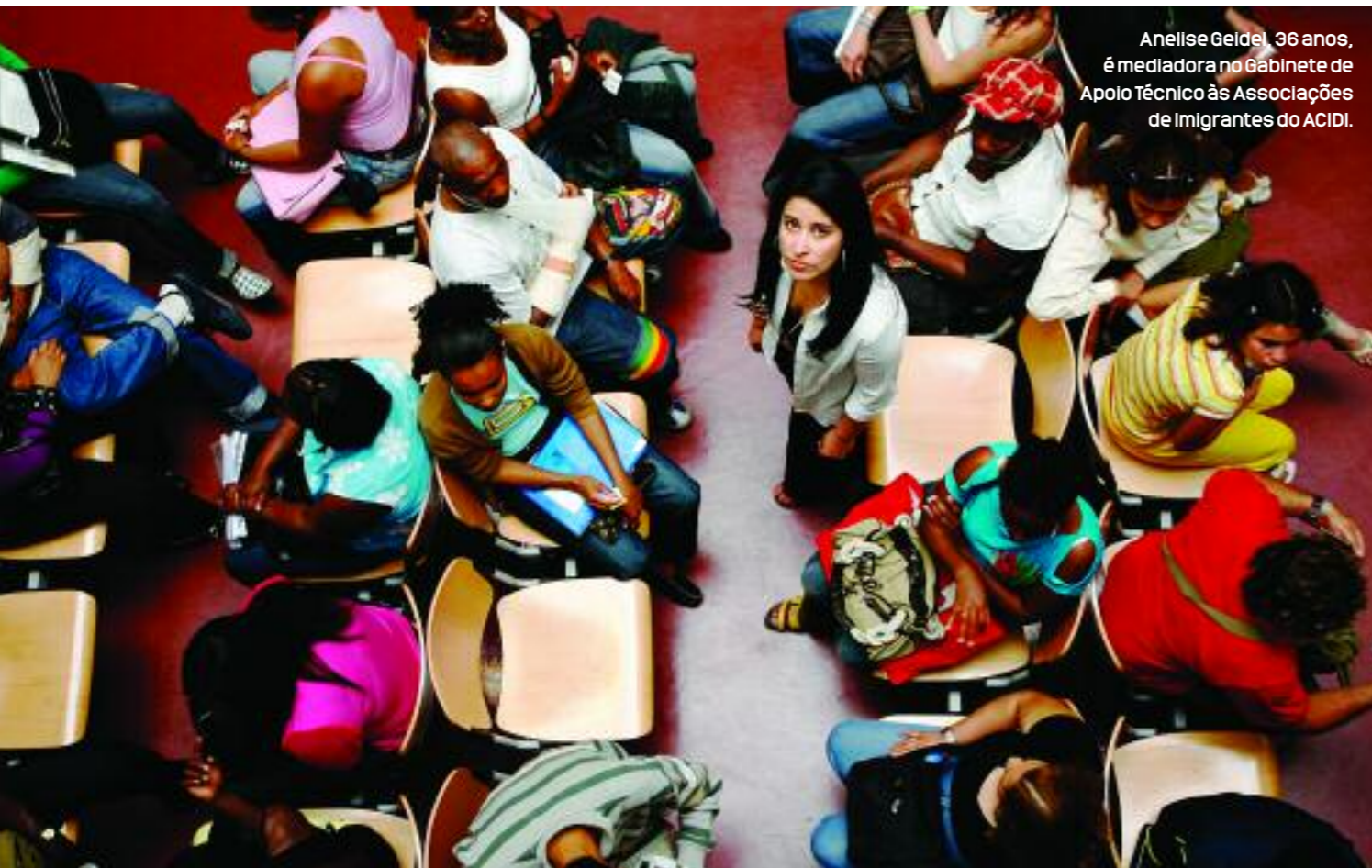
Criada em 1999, a associação de Assunção investe também na transmissão e conservação da cultura dos países de origem. «Há

**Desigual**  
«Há falta de equidade nas políticas para a imigração. Os que vieram há mais tempo não tiveram o mesmo tratamento, um olhar compreensivo.»

muitas pessoas que vieram na perspectiva de trabalhar e juntar dinheiro, para depois regressar. Mas na prática as coisas vieram a revelar-se mais difíceis, porque as condições socioculturais e políticas nos países de origem não melhoraram, obrigando a que permanecessem cá, aqui constituindo as suas famílias. Não obstante, os estudantes têm sempre a preocupação de ajudar as famílias que ficaram nos seus países e acabam por beneficiar da nossa acção. São no fundo pessoas que estão cá e lá, no país de origem e no de acolhimento, e que se deparam com todo o tipo de dificuldades, num como noutro país. Vêm maioritariamente de Angola, São Tomé, Guiné e Cabo Verde. Fomos-nos entretanto apercebendo de que havia outro ti-



Assunção Sousa, 35 anos, é uma das fundadoras da Associação de Apoio ao Estudante Africano.



Anelise Geidel, 36 anos,  
é mediadora no Gabinete de  
Apoio Técnico às Associações  
de Imigrantes do ACIDI.

vando: nós, no centro de saúde, temos o dever de dar assistência a toda a gente, porque a saúde é universal. Mas uma coisa é a lei e outra é a prática. As pessoas chegam aos serviços sem documentos, porque têm medo de que os serviços sejam uma via de expulsão, e fogem. E por isso nós temos de estar preparados para isso e saber explicar que os serviços de saúde não existem para as excluir mas para as integrar, e que se elas estiverem bem de saúde poderão trabalhar e prosperar em Portugal.»

O médico é da opinião de que «os imigrantes de Leste têm sido alvo de um tratamento, sobretudo por parte dos *média*, que não corresponde à realidade. Passam a ideia de que são todos médicos e engenheiros e que não têm problemas de espécie alguma, mas a realidade é outra, é preciso ver isso. Penso que há uma certa falta de equidade nas políticas para a imigração, porque os que vieram há mais tempo não tiveram o mesmo tratamento, esse olhar compreensivo. É evidente que as sociedades do Leste Europeu têm muita gente com formação técnica e científica, mas entre os imigrantes não são todos formados. São povos educados, com capacidade de organização, que sabem bem o que querem, e a prova disso é que há muitos que já regressaram. Não é uma imigração igual à brasileira ou à africana.»

### Instrumentos de mudança

Anelise Geidel é jurista e mediadora socio-cultural no Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural). Para ela, o multiculturalismo define-se como «um dos sistemas de respostas políticas e institucionais de promoção pelo respeito pelos direitos humanos e a igualdade de oportunidades». Parecem só palavras. A brasileira, 36 anos, natural de Porto Alegre, casada com um neto de portugueses que tem a dupla nacionalidade, e a viver há cinco anos em Portugal, pensa que o caminho se faz pela «educação para os valores, para a cidadania, para a coesão social, para os direitos humanos e a igualdade de oportunidades, de educação anti-racista e antixenófoba, de valorização e respeito pelas diferen-

ças e para a tolerância». Parecem outra vez só palavras, de alguém habituado a manejá-las diariamente, no gabinete onde dá apoio aos líderes de associações de imigrantes que recorrem ao ACIDI para se constituírem legalmente, pedir reconhecimento (um estatuto dado pelo ACIDI, que as reconhece como sendo representativas) ou financiamento para os seus projectos de intervenção na comunidade. Mas se ditas por uma imigrante, que lida directamente com os imigrantes num gabinete que existe para os apoiar, são outra coisa: são instrumentos de mudança, actualmente bem concretos, para ela como para as mais de cem associações oficialmente reconhecidas pelo instituto público que as regulamenta e enquadra.

«A interculturalidade é uma meta, a ser atingida nas boas práticas e boas e equidis-

**Meta** «A interculturalidade deve ser atingida nas boas práticas e boas e equidistantes relações do dia-a-dia. É a aceitação ampla da diversidade.»

tantes relações do dia-a-dia. É a aceitação ampla da diversidade e, portanto, interculturalidade e multiculturalismo são dois conceitos complementares e não opostos. A abertura para a interculturalidade, mais do que simplesmente um discurso politicamente correcto, é uma prática do meu dia-a-dia ante a diversidade e complexidade das relações de proximidade mantidas com as associações de imigrantes de diferentes nacionalidades e com os nacionais portugueses.» Interculturalidade que nem sempre se faz sem as vítimas dos estereótipos que precedem o pensamento do homem comum sobre os estrangeiros no seu país. No caso dos portugueses, os exemplos são vários. Mas tratando-se de uma brasileira, pergunto à gaúcha como vê os estereótipos sobre a mulher brasileira em Portugal. Diz que são muito fortes, «não sabia que havia essa má imagem, embora o facto de eu ser casada me proteger desse perfil». Perfil que funciona, anterior e para além do discurso igualitário (porque mexe com a culpa católica ligada ao corpo), e funcionando discrimina. Mas lá está: «Não está no passaporte de ninguém quem é racista ou quem é solidário», e também há muitos portugueses que não olham para as brasileiras dessa forma pejorativa e ostracizante.

### Trinta mil romenos e moldavos em Portugal

Vladimir Covaci, 38 anos, ex-estudante em Literaturas Eslavas na Ucrânia, hoje técnico de gás, começa por anunciar que «temos de estabelecer regras para esta conversa, porque eu sou apenas um membro da Comunidade Romena, não sou dirigente». Em pano de fundo a Igreja Ortodoxa Romena de Lisboa, um templo instalado no interior de uma igreja católica portuguesa convencional, o altar como um cenário, porém belíssimo, e diante do qual várias mulheres se curvam, num fervor que reconhecemos como nada tendo a ver com os sinais de fé católica a que estamos habituados. Daí a pouco vai haver uma missa especial. «A associação surgiu em 2001 e respondeu a uma necessidade de organizar a comunidade romena e moldava que foi chegando a Portugal com a vaga de emigração da Roménia que houve a partir de 1999. Vieram cerca de 60 mil romenos e moldavos para Portugal. Actualmente não sei se chegamos aos 30 mil, pois houve muita gente que voltou para casa ou que foi para outros países quando começou a crise do mercado de trabalho. Quem ficou foi quem já tinha começado a criar raízes aqui.»

A associação romena nasceu dentro da igreja, explica Vladimir, como um instrumen-

to de representação, para ajudar os romenos e moldavos a resolver os problemas de sempre e de todos, como por exemplo como manter as crianças ligadas à língua, à história e à cultura romenas. «Porque as crianças esquecem. Os meus filhos estão cá há seis anos e já esqueceram muito. Começaram a escola em português, desde a primária, e a língua portuguesa tornou-se predominante. Eles pensam em português, já não são como nós, e por isso é muito importante que venham à escola de romeno aos sábados», diz Vladimir, explicando que a escola de romeno é a principal actividade da associação que representa. Paralelamente, a Comunidade Romena organiza outras actividades, eventos artísticos que servem de pretexto para os imigrantes se reunirem e manterem ou criarem laços com os seus conterrâneos. «Mas está sempre tudo muito ligado à igreja e às celebrações religiosas», precisa o romeno. «A nossa sede é aqui na igreja, tudo o que acontece parte daqui.»

Vladimir gosta muito de estar em Portugal e faz questão de dizer que está a ser sincero. Pensa que os portugueses são muito parecidos com os romenos e que são acolhedores. Já os franceses acha-os bastante mais frios, sempre a impor barreiras. Considera Portugal um dos países mais evoluídos da Europa em termos de políticas de imigração e que a realidade noutros países é mais dura para os imigrantes, apesar de nalguns casos as coisas estarem mais avançadas em termos legais. «Portugal tem estado sempre a inovar. A criação destes centros de apoio e todos estes programas para ajudar os imigrantes são muito importantes para nós. O CNAI, por exemplo, é um lugar onde podemos resolver a maioria dos nossos problemas, sim, é uma espécie de loja do cidadão imigrante.»

### Imigrantes por realojar

A Quinta da Serra (no Prior Velho) nasceu no início da década de noventa organizada como uma associação de moradores, para tentar resolver os problemas de habitação dos seus associados. Trata-se de um bairro de habitação clandestina (dito de barracas), cheio de casas improvisadas, onde há vários anos se fixaram várias centenas de famílias. «As pessoas que vivem aqui vêm maioritariamente dos PALOP», explica Bernardo Gomes, guineense, líder associativo com apenas 18 anos, estudante universitário na área da Saúde (ortoprotesia). «São sobretudo pessoas da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Vivem aqui enquanto esperam para ser realojadas. Hoje em dia já não se fazem realojamentos em massa, como antigamente, por causa dos problemas entretanto surgidos. As pessoas têm agora a oportunidade de iniciar um processo de compra de habitação, com o apoio do proprietário do terreno, do INH e da Câmara Municipal de Lisboa. Mas as autarquias contabilizam apenas as que estão recenseadas e inscritas no Programa Especial



Bernardo Gomes, líder associativo com apenas 18 anos, desenvolve o seu trabalho na associação Quinta da Serra.

de Realojamento. Mas a realidade é outra, porque as pessoas que não estão inscritas nesse programa superam as outras. O bairro foi crescendo, e agregados recenseados são cerca de 225. Mas não-recenseados são muitos mais, porque temos cerca de 1500 pessoas no bairro actualmente.»

Bernardo, também ele morador no bairro, diz que está em curso um processo de demolição e que até ao final de 2009 essas fa-

mílias deverão todas ser realojadas. «Mas o processo é bastante complicado, porque há vários agregados que não estão recenseados, e esses não há forma de realojá-los.» Como olha Bernardo para a acção autárquica no seu bairro? «Sentimo-nos um pouco esquecidos, esse é o sentimento geral das pessoas que vivem aqui. Há enormes discrepâncias. O nosso bairro, denominado “de barracas”, está ao lado de prédios de quase

luxo, construídos recentemente, e onde os apartamentos T3 valem 200 mil euros. São realidades muito diferentes e contrastantes. Se pensarmos nas pessoas que vivem aqui há mais de 15 anos, que não têm quaisquer condições de comprar casas aqui, no bairro onde criaram raízes...»

Problemas que requerem congregação de esforços – parcerias portanto. «O curso Gerir Projectos em Parceria é muito importante para mim, sobretudo ao nível da aprendizagem de metodologias de trabalho assentes numa lógica de parceria, já que os problemas do meu bairro requerem a intervenção de várias entidades, sobretudo autarquias. Esta formação também é muito válida por via da rede de laços que se estabelecem entre as várias associações.» Ao contrário dos mais velhos, que têm muitas vezes o projecto de regressar ao seu país de origem, porventura desinvestindo das lutas sociais passíveis de lhes proporcionarem vidas melhores, Bernardo pensa antes de mais em ajudar a ultrapassar as enormes carências sentidas no bairro. Sendo certo que ninguém o fará por ele, consciência que explica a combatividade e a mobilização do recém-adulto. Carências também ao nível da educação. «A associação trabalha também na área da educação. Damos apoio escolar a todas as crianças do bairro. Há muito insuces-



Vladimir Covaci, 38 anos, é um dos membros da Comunidade Romena, que congrega imigrantes romenos e moldavos.

so escolar e absentismo, e nós tentamos combater isso. Fazemos também alfabetização de adultos.»

Bernardo olha para Portugal como um país acolhedor, mas diz que há muitas lacunas a colmatar. «Muitas mesmo. Mas para isso é preciso um olhar mais pormenorizado

sobre os contextos sociais. Em França, onde há muita população oriunda de antigas colónias francesas, os senegaleses, por exemplo, recebem um auxílio notável por parte das entidades oficiais. Em Portugal não há essa cultura de entreajuda. A política portuguesa para a imigração tem de se abrir, no sentido

da aproximação aos países de origem dos seus imigrantes. É preciso dar mais informação às pessoas, muitas delas vêm para cá pensando encontrar um paraíso. Por outro lado, é preciso dar atenção às famílias que já estão enraizadas, que vivem cá há muitos anos mas ainda não foram integradas.»«

## Gerir Projectos em Parceria

**Isabel Guerra** (socióloga) e **Teresa Ramos** (assistente social) são as responsáveis pelo curso de pós-graduação Gerir Projectos em Parceria, a decorrer na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa até ao final de Setembro de 2008 – um programa em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL (Fundo Social Europeu).

### Que iniciativa é esta?

Somos a área científica de serviço social da Universidade Católica, neste caso da Faculdade de Ciências Humanas. Temos uma fileira de formação em serviço social e vários produtos de formação em pós-graduação a ela associados – licenciatura, mestrado e doutoramento. Fazemos portanto pós-graduações nas áreas ligadas às políticas sociais, seja ao nível da concepção seja ao da execução dessas políticas. Neste caso concreto, estamos ambas ligadas aos fenómenos de intervenção comunitária e temos por essa via trabalhado com muitas instituições, nomeadamente com o ACIDI, entidade com a qual temos feito vários tipos de formações, para vários tipos de públicos. Este curso foi inicialmente formatado para o programa EQUAL, uma iniciativa comunitária que trabalha na formação de técnicos de intervenção em comunidades ou instituições (prisões, câmaras municipais, empreendedorismo ligado à igualdade de oportunidades, etc.). Este produto de formação em Planeamento e Avaliação de Projectos foi considerado uma iniciativa de qualidade e financiado para disseminação. Razão por que o ACIDI nos solicitou no sentido de fazer a sua disseminação. Consideramos muito interessante a especificidade do público que o ACIDI nos propôs, ou seja, líderes de associações culturais de imigrantes, com quem o ACIDI habitualmente trabalha. **Que competências vão essas pessoas poder adquirir?**

Vão sair do curso com capacidade para fazer uma análise de necessidades, um projecto de desenvolvimento de respostas a essas necessidades e a avaliação dos resultados do mesmo. A maior parte destes formandos são licenciados em diferentes áreas, vêm da Gestão, do Direito, da Psicologia, das áreas tecnológicas, etc., curiosamente muito pou-



cos das áreas sociais. Mas todos líderes de associações, o que significa que têm experiência de trabalho com as suas comunidades – e também na estruturação de projectos de desenvolvimento para as mesmas. Este curso vem reestruturar essa forma de trabalhar, numa lógica diferente da habitual. São pessoas que estão habituadas a pensar a acção em função do orçamento que podem vir a obter, mas esta formação vai dar-lhes novas ferramentas no sentido de fundamentar, de avaliar a própria acção. Por outro lado, embora muitos estejam treinados neste tipo de projectos, não estão preparados para fazê-lo com diferentes parceiros. Esta formação vai dar-lhes novas capacidades no contexto da estruturação de projectos envolvendo vários actores. Recebemos cento e tal candidaturas, de que retivemos cerca de trinta. Esta iniciativa teve uma boa recepção e o ACIDI já nos pediu outra formação, a fazer ainda durante o ano de 2008. Trata-se por outro lado de uma formação que dá créditos aos formandos, que podem ser usados para se candidatarem a mes-

trados, por exemplo (é uma mais-valia que Bolonha nos permite).

### Que critérios foram usados para a selecção dos formandos?

A ideia foi contemplar todas as associações que trabalham com o ACIDI, dando lugar a pelo menos uma pessoa por associação. Contemplámos a generalidade dos grupos da nossa imigração. Temos várias raças e religiões, o que não deixa de ser interessante, tratando-se de uma formação que é assegurada por uma universidade católica. Temos um belíssimo clima, cada um com a sua cultura e a sua forma de ver e as suas realidades e diferentes necessidades. Penso que o curso tem aumentado a capacidade de entendimento multicultural ao aproximar os olhares de uns sobre os outros. São mais homens do que mulheres, embora o género não fosse um critério, como é evidente. Temos uma grande heterogeneidade de idades, pessoas entre os 18 e os 67 anos. Predominam os dirigentes, embora também haja não-dirigentes.